

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Cageto Ambiental*

Class.: 48

Data: 2 de abril de 1987

Pg.:

Um seringueiro do Acre na reunião anual do BID em Miami

Mary Helena Allegretti (*)

Convidado por organizações ambientalistas norte-americanas, o seringueiro Francisco Mendes Filho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, viajou aos Estados Unidos para manter contatos com diretores executivos e técnicos do BID, a respeito de um projeto que o banco está financiando naquela região. Trata-se de um empréstimo de US\$ 58,5 milhões, assinado em 14 de março de 1985, para pavimentar 502 quilômetros da BR-364 no trecho Porto Velho—Rio Branco e para implementar medidas de proteção ao meio ambiente e demarcação de terras indígenas na área de influência da rodovia.



Condição prévia ao primeiro desembolso foi a criação de um grupo de trabalho coordenado pelo IPEA e composto pela SEMA, pela Funai, pela Embrapa e pelo INCRA, e a elaboração de um plano de ação, o Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI), aprovado em maio de 1986. Dois anos após a assinatura do contrato de empréstimo, a estrada já está quase concluída e nenhuma medida concreta de proteção ao meio ambiente foi tomada. Com a valorização da terra cresce a pressão sobre a floresta ocupada pelos seringueiros e intensificam-se os desmatamentos.

Há um público atento, nos Estados Unidos, para ouvir críticas e propostas relativas aos efeitos sobre o meio ambiente provenientes dos financiamentos multilaterais. E nesse contexto que as observações de um seringueiro da Amazônia podem repercutir sobre o andamento de um projeto financiado pelo BID, no Brasil.

Exigências como as desse projeto têm sido constantes, nos últimos anos, por parte do BIRD e do BID. Não se trata de uma postura ecológica das instituições financeiras internacionais mas do resultado de uma intensa campanha iniciada em 1983 por ambientalistas americanos contra os efeitos desastrosos do Polonoroeste, em Rondônia, financiado pelo BIRD.

Os dados são incisivos. Quando teve início a pavimentação da BR-364 no trecho Cuiabá—Porto Velho, em 1982, Rondônia tinha 4% de seu território desmatado (10 mil quilômetros quadrados), taxa semelhante à do Acre hoje (3,6% ou 5,4 mil quilômetros quadrados). Em 1985, ou seja, três anos após, essa taxa elevou-se para 11%, abrangendo 27 mil quilômetros quadrados. Neste ano entraram no estado 200 mil migrantes.

A campanha tem como objetivo uma revisão da política de financiamentos e da inclusão de critérios ambientais e sociais na avaliação de um investimento. Resultou desse trabalho a aprovação, em dezembro de 1985, da Resolução Conjunta da Câmara 465, que orienta a política americana. Entre outras determinações, devem ser priorizados projetos de pequena escala, com tecnologias apropriadas e auto-sustentáveis, e organizações não governamentais dos países tomadores de empréstimos devem parti-

cipar das negociações com os bancos.

A pressão já produziu resultados concretos e se refletiu no voto americano para os empréstimos ao Brasil. No caso do asfaltamento desse trecho da BR-364 para o Acre, o voto contrário do representante americano cortou em US\$ 14,5 milhões o valor total do financiamento. Como parte dessa pressão, recursos para o Polonoroeste foram suspensos em 1985 e somente liberados após a criação da Reserva Indígena dos Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia.

Não se trata de intervenção externa sobre as decisões brasileiras, mas sim da posição assumida por contribuintes americanos que não concordam com a política de empréstimos feita por seu país, em várias partes do mundo.

Da mesma forma como as críticas têm surtido efeito, também vem sendo bem aceita a proposta apresentada pelos seringueiros para evitar que se repita o mesmo quadro em outras áreas da Amazônia. Eles propõem a criação de re-

servas extrativistas — unidades de conservação implantadas nas áreas ocupadas por grupos sociais que têm sua sobrevivência dependente da utilização de produtos nativos da floresta e nelas realizam uma exploração ecologicamente sustentada. Foi para explicar essa proposta ao BID e às organizações ambientalistas que Francisco Mendes viajou aos Estados Unidos.

Formulada de maneira criativa e genuína pelos seringueiros, a idéia foi apresentada ao governo brasileiro em várias ocasiões, desde outubro de 1985, quando foi realizado o primeiro Encontro Nacional e criado o Conselho Nacional dos Seringueiros. Desde então, preocupação especial tem havido com relação à BR-364, região prioritária para criação de reservas extrativistas na Amazônia. Os desmatamentos na área de influência da estrada têm sido constantes nos últimos anos. Em 1986, somente no município de Xapuri, o IBDF autorizou o desmatamento de mais de 5.000 hectares, nem sempre utilizados produtivamente.

Vistoria realizada em dezembro de 1986 pelo IBDF em 700 hectares de área desmatada refere-se à formação de capoeira em todo o perímetro, pequeno plantio de arroz e pastagem artificial...

Mesmo tendo sido comunicado, inúmeras vezes, sobre as consequências ambientais e sociais decorrentes desses desmatamentos e ciente das propostas dos seringueiros na área de influência da estrada, somente em fevereiro deste ano o IPEA criou um grupo de trabalho para encaminhar a questão, dentro de três meses. Isso é claramente insuficiente e ineficaz.

Os relatórios de 1986 apresentados pelos órgãos envolvidos com o PMACI são desalentadores. O IBDF diz claramente que desenvolveu atividades de rotina, não voltadas para os objetivos do PMACI, embora tenha utilizado recursos provenientes do empréstimo. A Funai, com uma programação de demarcar 16 áreas, iniciou os trabalhos em 7; e de 23 áreas que pretendia regularizar, encaminhou 6. A

SEMA realizou uma ação concreta: a criação do Instituto do Meio Ambiente do Acre, que está à espera de recursos para poder funcionar. O governo do Acre, que deveria ser o principal protagonista desse programa, não participa das decisões.

Na área de influência da estrada, 33.702 famílias estão envolvidas com o extrativismo da borracha, respondendo por uma produção de 13.482 toneladas, ou seja, 41% da produção de borracha natural do País. A migração para o Acre já começou. Entram hoje, no estado, cinco famílias por dia; 80% provenientes de Rondônia. A criação de reservas extrativistas na área de influência da estrada é a única forma de garantir a continuidade das atividades econômicas, evitar conflitos entre imigrantes e população local, frear a especulação fundiária e os desmatamentos.

São razões suficientes para o BID escutar os seringueiros.

(*) Antropóloga, presidente do Instituto de Estudos Amazônicos, de Curitiba (PR).